

A HISTÓRIA DOS JOGOS OLÍMPICOS MODERNOS: ENTRE A TRADIÇÃO E AS PRESSÕES COMERCIAIS

FLÁVIO AGNELLI MESQUITA¹

RESUMO:

Os Jogos Olímpicos modernos, idealizados no começo do século XX pelo francês Pierre de Coubertin, estruturaram-se sob os princípios das competições gregas. Entretanto, com o passar das décadas, estes princípios foram gradativamente perdendo força para outras pressões que, hoje, incidem frequentemente nos esportes: as relações comerciais. Os patrocínios, que antes eram bastante limitados nas competições olímpicas, passam a ter presença quase que irrestrita, forçando até mesmo a alterações periódicas na Carta Olímpica, documento de princípios que regulamenta a competição. Essa resignificação dos Jogos não quer dizer que eles perdem em importância no mundo atual, mas, sim, que se deve encará-los dentro do escopo dos megaeventos, hoje extremamente midiaticizados e mercantilizadas.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos. História do Esporte. Olimpismo. Megaeventos.

ABSTRACT

The modern Olympic Games, conceived in the beginning of the 20th century by the frenchman Pierre de Coubertin, were structured on the principles of Greek competitions. However, over the decades, these principles gradually lost strength to other pressures that, today, often focus on sports: business relationships. Sponsorships, which were previously quite invited in Olympic competitions, now have an almost unrestricted presence, even forcing periodic changes to the Olympic Charter, a document of principles that regulates the competition. This redefinition of the Games does not mean that they lose importance in today's world, but rather that they must be viewed within the scope of mega-events, which are today extremely mediatized and marketed.

Keywords: Olympic Games. Sports History. Olympism. Megaevents.

¹ Doutor em comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, professor de cursos de graduação e pós-graduação e pesquisador nas áreas de comunicação, comunicação e esportes, comunicação organizacional e audiovisual. email: flavioagnelli@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os chamados megaeventos esportivos, muito comentados e cultuados no Brasil após a escolha do País como sede da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, vem ganhando configurações diferentes à medida que o esporte em si disputa espaço com outras questões (turismo, marketing, patrocínios, midiaticização etc).

Dentre tantos megaeventos, é inegável que os Jogos Olímpicos são aqueles em que se verificou, nas últimas décadas, a maior disputa entre suas tradições seculares e as forças de mercado.

Falando em tradição histórica, é impossível falar em Jogos Olímpicos e não citar Pierre de Coubertin. O educador francês (1863-1937), em 74 anos de vida e 34 livros publicados (além de vários artigos acadêmicos), sempre trabalhou o esporte como prática fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Baseado nesse princípio, Coubertin inicia então um projeto de retorno da tradição grega olímpica, que iniciara em 776 aC e fora interrompido em 394 dC, pelo imperador romano Teodósio I.

1. O INÍCIO ESPORTIVO-EDUCACIONAL DOS JOGOS OLÍMPICOS

O esforço inicial do movimento olímpico moderno deu-se em 1894, impulsionado pela forte influência exercida por Coubertin, especialmente no ambiente acadêmico.

E assim, em junho de 1894, na Sorbonne, em Paris, diante de uma plateia que reunia aproximadamente duas mil pessoas, das quais 79 representavam sociedades esportivas e universidades de 13 nações, teve início o congresso esportivo-cultural, no qual Coubertin apresentou a proposta de recriação dos Jogos Olímpicos. A ideia inicial, e que posteriormente foi perpetuada, era da celebração de uma competição de caráter internacional, com realização quadrienal, cujos participantes estariam vinculados a representações nacionais. As modernas Olimpíadas, ou seja, o período em que ocorrem as edições dos Jogos Olímpicos, dividem-se em Jogos de Inverno e de Verão, ocorrem de quatro em quatro

anos, como na Antiguidade, alternando-se a cada dois anos entre os Jogos de Verão e os de Inverno. (RUBIO, 2010, p. 57)

Desde o princípio, a ideia de Coubertin fundamentava-se num evento realmente grandioso, que se diferenciava das competições amadoras emergentes principalmente na Europa e que pudesse atrair a atenção do público jovem.

Para Coubertin, os Jogos Olímpicos faziam parte de seus esforços educacionais para rebronzer la France. Ele estava, portanto, tentando tornar os Jogos Olímpicos tão atraentes quanto possível, de modo que muitos jovens estariam interessados em participar deles. Emprestando pesadamente John Ruskin e o movimento britânico Arts and Crafts, Coubertin presumiu que o embelezamento dos jogos e a tentativa de impregná-los com o espírito solene dos antigos gregos incutiriam neles um espírito que os jovens aceitariam prontamente. Para isso, ele desenvolveu bandeiras, hinos e um juramento olímpico; ele estava pensando em fogos de artifício para a cerimônia de abertura para dar aos jogos uma singularidade que os diferenciaria de meros campeonatos mundiais que estavam sendo iniciados por vários esportes amadores e profissionais naquela época. (KRÜGER, 1999, p. 5, tradução nossa)

Já no primeiro ano de inserção da ideia olímpica em nível mundial, cria-se o Comitê Olímpico Internacional e, dois anos depois, em 1896, os Jogos Olímpicos de Atenas, primeira competição da era moderna.

Coubertin evoca a necessidade das competições terem como ideal maior o olimpismo, conceito que transcende, na visão de Peña (2015), o campo puro do esporte.

Com suas raízes na antiguidade, com seus símbolos rituais, o Olimpismo ofereceu aos valores de qualidade da prática esportiva que reforçou-os na vocação olímpica de alcance universal. Estes são elementos que constituem o núcleo da cultura do Olimpismo e incorporam a distinção entre

características do Movimento Olímpico. (PEÑA, 2015, p. 3, tradução nossa)

Girginov e Parry (2005) enfatizam também, ao conceituarem o olimpismo, o valor de universalidade da competição, capaz de unir povos de culturas e costumes marcadamente distintos.

O Olimpismo é uma filosofia social que enfatiza o papel do esporte no desenvolvimento mundial, na compreensão internacional, na coexistência pacífica e na educação social e moral. De Coubertin entendeu que, como atividade física baseada na aderência a regras, o esporte era aparentemente 'universal' – fornecendo um ponto de contato entre as culturas. Por definição, uma filosofia universal aplica-se a todos, independentemente de nação, raça, sexo, classe social, religião ou ideologia. O Movimento Olímpico trabalhou por uma representação universal coerente de si mesmo - um conceito de olimpismo que identifica uma gama de valores com os quais cada nação pode se comprometer sinceramente. Ao mesmo tempo, é necessário encontrar uma forma de expressão para a ideia que é única em si, gerada por sua própria cultura, localização, história, tradição e futuro projetado. (GIRGINOV; PARRY, 2005, p. 2, tradução nossa)

Os princípios formativos do olimpismo consolidaram-se com a publicação, em 1908, da chamada Carta Olímpica², documento oficial, existente até a atualidade, que evidencia os valores do esporte como algo muito superior à mera competição. O *espírito olímpico* reacende os valores educacionais, sociais e morais como conquistas que ultrapassam a simples vitória esportiva.

O olimpismo é uma filosofia de vida, exaltando e combinando em um todo equilibrado as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Combinando o esporte com a cultura e a educação, o Olimpismo

procura criar um modo de vida baseado na alegria do esforço, no valor educacional do bom exemplo, na responsabilidade social e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais.

O objetivo do Olimpismo é colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso da humanidade, com o objetivo de promover uma sociedade pacífica, preocupada com a preservação da dignidade humana. (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016, p. 11, tradução nossa)

Além dos princípios éticos e morais dos Jogos Modernos, a busca pelos valores olímpicos gregos tem também uma forte relação com organizações internacionalistas, que emergiam e se consolidavam mundo afora em fins do século XIX (TAVARES, 2003).

Considerando-se o estabelecimento de toda essa filosofia dos Jogos e dos valores divulgados para os organizadores internacionais, representados no recém-criado Comitê Olímpico Internacional (COI), as primeiras edições foram consideradas um fiasco para muitos pesquisadores da área. Girginov e Parry (2005), por exemplo, vão dizer que as três primeiras edições modernas (1896, 1900 e 1904) tiveram compreensão limitada, tanto dos atletas, quanto dos próprios espectadores, gerando muito mais uma exibição esportiva insignificante, do que propriamente competições com constantes duelos e marcadas pelo orgulho da vitória.

Nessa mesma linha, o pesquisador alemão de estudos do esporte Arnd Krüger (1999) defende que a dimensão de um evento esportivo global só será alcançada em 1908, nos Jogos de Londres. O autor destaca que os Jogos passaram por um período inicial de formação, até que o amadorismo e falta de seriedade dos próprios competidores deram lugar para uma competição realmente global.

Em parte, isso se explica pela organização extremamente profissional da edição inglesa, que teve à frente a Associação de Atletas Amadores. Além disso, o duelo entre ingleses e norte-americanos acirrou muitas disputas olímpicas, rendendo grande espaço da imprensa esportiva mundial. Até mesmo o presidente americano

² Para consultar, na íntegra, a Carta Olímpica, acesse <https://www.olympic.org/olympic-studies-centre/collections/official-publications/olympic-charters>.

à época, Theodore Roosevelt, expressou seu entusiasmo para com os Jogos, o que elevou a competição olímpica, definitivamente, para um patamar global.

Com o sucesso iminente, ganham igual destaque dois elementos, que passam a disputar atenção com os valores olímpicos: o uso político e econômico dos Jogos.

Sob o primeiro aspecto, Rubio (2010, p. 57) ressalta que, apesar das declarações apolíticas dos Jogos – representadas nos inúmeros discursos de Coubertin –, diversas situações que extrapolam o esporte foram vistas durante todo o século XX, algumas delas que inclusive impactaram diretamente os rumos das competições.

2. USO POLÍTICO E ECÔNOMICO DA COMPETIÇÃO GLOBAL

A evidência de que as Olimpíadas modernas não estariam imunes aos acontecimentos políticos deu-se no período das grandes guerras. Na história moderna, foram três as edições canceladas em razão dos conflitos: Berlim, em 1916, Tóquio, em 1940, e Londres, em 1944.

A Primeira Guerra Mundial marcaria a história dos Jogos Olímpicos pela interrupção de um calendário seguido de maneira exemplar. Os Jogos de 1920 foram abrigados pela cidade de Antuérpia, na Bélgica, alguns meses após o fim da guerra e buscavam resgatar não apenas a periodicidade, mas outros valores que haviam se perdido nos anos de conflito. E, assim como já acontecera com Estocolmo, não houve concorrência para sediar os Jogos da VII Olimpíada. Uma das razões para a escolha dessa sede seria uma homenagem ao país arruinado depois de anos de guerra. (RUBIO, 2010, p. 59)

Os contornos políticos dos Jogos de 1920, na Antuérpia (Bélgica), ganharam ainda mais destaque com o primeiro hasteamento da bandeira

olímpica na história dos Jogos. Apresentada por Coubertin seis anos antes, no Congresso Olímpico de Paris, a bandeira traz cinco anéis entrelaçados, que representam os continentes, dando um sentido de universalidade, respeito e união. As cinco cores do aro olímpico estão presentes nas bandeiras de todos os Comitês Olímpicos Nacionais vinculados ao COI³. Aos anéis olímpicos, juntam-se outros importantes símbolos dos Jogos, como as medalhas, a tocha (criada em 1936, para os Jogos de Berlim), o hino e o juramento⁴.

Junto aos símbolos olímpicos, a competição sediada na Bélgica preocupou-se destacadamente com a consolidação do *fair play* como um dos maiores ideais esportivos. Justamente num momento de expressivo endurecimento das relações internacionais, havia a intenção do próprio COI em mostrar que o respeito pelo adversário deveria ser reconhecido como atitude louvável, como um valor superior à disputa.

Mesmo com esses pressupostos, é inegável a continuidade – e até mesmo o fortalecimento – do enfoque político dos Jogos. Talvez a edição mais lembrada nesse sentido tenha sido a de Berlim, em 1936. A primeira polêmica acontece antes mesmo do início da competição, quando muitas nações ameaçaram não participar pelo fato da sede, então sob o governo de Adolf Hitler, promover ações claramente racistas, que iriam contra os princípios dos Jogos. Após intervenção do Comitê Olímpico Internacional e o compromisso formalmente assumido pelo governo alemão de que não haveria episódios racistas, xenófobos e preconceituosos na competição de Berlim, as principais delegações mundiais decidem participar.

Falar em Jogos de Berlim obriga-nos também a destacar Jesse Owens pelo papel esportivo e simbólico de seu feito. Por ironia histórica, no momento em que Hitler intencionava mostrar a superioridade alemã através das vitórias olímpicas, um negro norte-americano – descendente de escravos – derrota o campeão europeu do salto em distância e um dos mais carismáticos atletas da época: o alemão Luz Lang. Diante da derrota, o então presidente alemão se recusou a entregar

3 Todos os detalhes técnicos sobre a Bandeira estão disponíveis na carta olímpica. Não há versão oficial em português, mas o documento pode ser acessado em inglês, na íntegra, no link: Para consultar, na íntegra, a Carta Olímpica, acesse <https://www.olympic.org/olympic-studies-centre/collections/official-publications/olympic-charters>.

4 O Comitê Olímpico Brasileiro, em seu site oficial, mantém uma área destinada ao Movimento Olímpico. Neste local, é possível acessar todas as informações sobre os símbolos dos Jogos. O link é <https://www.cob.org.br/pt/cob/movimento-olimpico/simbolos-olimpicos>

a medalha, diferentemente do que havia feito em competições anteriores, deixando o estádio olímpico antes da premiação (KRÜGER, 1999, p. 15).

Sem dúvida alguma, o planejamento político da competição de Berlim, sob o regime nazista, foi talvez o sinal mais claro de que, inevitavelmente, os Jogos Olímpicos não estavam imunes a fortes contornos políticos, algo que o próprio Pierre de Coubertin admitiria anos depois.

Os Jogos Olímpicos de 1936 foram reconhecidos como enormes shows de propaganda nazista. Coubertin, que havia dado uma mensagem de rádio para os jogos exatamente um ano antes (1935), estava entusiasmado com a competição, mas não foi a Berlim, assim como havia feito com todos os Jogos anteriores, após sua aposentadoria da presidência. Mas, em uma entrevista com Jack Lang, que foi publicada em grande parte da imprensa francesa após os jogos, ele foi perguntado o que pensava sobre os Jogos. O pai do movimento olímpico foi bastante sincero. Ele sempre quis que uma nação fosse plenamente comprometida com o esforço olímpico, e esse foi o caso com a Alemanha. E Coubertin concluiu: qual é a diferença se você usa os Jogos para anunciar o clima do sul da Califórnia em prol do turismo ou um regime político? (KRÜGER, 1999, p. 15, tradução nossa)

Outro episódio que marcou toda a história dos Jogos e evidenciou mais uma vez a utilização do palco esportivo para manifestações políticas ocorreu nos Jogos de Munique, em 1972. Justamente no momento em que a Alemanha queria apagar a imagem nazista dos Jogos de 1936 e estabelecer o que fora denominado como os “Jogos da alegria”, em 1972, na cidade de Munique, acontece o pior atentado da história esportiva.

Na madrugada do dia 5 de setembro, com os Jogos já na segunda semana de competições, oito palestinos integrantes da Organização Setembro

Negro (facção pertencente à OLP – Organização para a Libertação da Palestina) invadiram a Vila Olímpica e fizeram reféns israelenses. Após cerca de 24 horas de tentativas frustradas de negociações e capturas, a ação teve um resultado catastrófico: todos os 11 reféns foram mortos pelos terroristas. No confronto com a polícia, cinco palestinos foram mortos e outros três, capturados⁵.

Após uma pausa de 34 horas, o COI ordenou a retomada dos Jogos, encerrados no dia 11 de setembro. Mas, obviamente, o planejamento de se ter uma competição amistosa foi drasticamente alterado, concretizando o primeiro grande ato terrorista diretamente ligado a uma competição esportiva global.

Segundo Krüger (1999, p. 20), a nova Alemanha confundiu amizade com falta de segurança. Havia na ocasião uma facilidade muito grande para entrada na Vila Olímpica, de modo que o terror palestino não era algo totalmente inesperado, tanto é que muitos esportistas israelenses, temendo ações violentas, recusaram-se a ficar no local, preferindo instalarem-se em hotéis e casas de amigos.

Quatro anos antes, em 1968, é importante lembrar que os Jogos Olímpicos do México também ficaram marcados pela politização culminando com mortes. Dez dias antes da competição iniciar, a polícia local abre fogo contra estudantes e operários que protestavam contra o governo da época em relação a atitudes autoritárias, como a invasão da Forças Armadas na Universidade Nacional Autônoma. O resultado foi um número assombroso de cerca de 300 mortos, quantidade até hoje não oficial.

Obviamente que o Massacre dos Estudantes Mexicanos, em 1968, e o Atentado de 1972 foram a concretização da politização olímpica no seu mais alto grau. No entanto, durante todos os anos subsequentes à Segunda Grande Guerra, o apelo político nunca deixou de existir, em um período que coincide com toda a chamada Guerra Fria. Segundo Lopez (1992), a partir de 1948, os Jogos Olímpicos assumiram um caráter político muito superior ao pretendido pelo próprio Comitê Olímpico Internacional.

Para os blocos capitalistas e soviéticos, vencer as competições significaria muito mais do que

5 Alguns autores dedicam-se a detalhes de como se deu o Atentado. Para informações nesse sentido, pode-se consultar TAVARES, 2005. No site do Comitê Olímpico Internacional, há também informações sobre a ação terrorista sob o olhar dos Jogos Olímpicos. Para ter acesso ao material, basta acessar <https://www.olympic.org/munich-1972>.

uma medalha esportiva. Era, acima de tudo, um símbolo da superioridade de uma nação sobre a outra, de uma ideia geopolítica, de uma ideologia que buscava em elementos globais propagandas que demonstrariam sucesso em relação ao oponente.

Em meio a esse quadro os Jogos Olímpicos foram manipulados como mais uma forma de demonstração de poder político e força social. As medalhas passaram a ser contadas como pontos a favor de seus respectivos regimes, afirmando um tipo de superioridade não pretendida pelo Movimento Olímpico. As competições esportivas tornaram-se uma das manifestações públicas de maior divulgação desse conflito. Grandes nações obviamente deveriam produzir grandes atletas que demonstrariam ao mundo o verdadeiro potencial de construção de domínio de uma ordem mundial binária. (RUBIO, 2010, p. 62)

Em meio à Guerra Fria, os Jogos de Helsinque (1952), na Finlândia, representaram a primeira queda de braço entre soviéticos e norte-americanos. Isso porque, em 1948, a URSS não participou da competição, pois ainda não julgava estar no mesmo nível dos EUA. Mesmo assim, foram enviados diversos técnicos aos Jogos, a fim de observar as metodologias “inimigas” de treinamento. O estremecimento político atingiu seu auge nos Jogos de Moscou, em 1980, e Los Angeles, em 1984, que contaram com boicote de EUA e URSS, respectivamente.

Outro fator fundamental na história dos Jogos, pode-se dizer até mais evidente na história contemporânea do que os conflitos políticos, é o aspecto econômico das competições. A ideia originalmente pensada por Coubertin de manter a todo custo os valores esportivos como fundamentais, desvinculando-os das pressões comerciais, foi sendo, aos poucos, modificado. Como destaca Peña (2015, p. 3), essa adaptação econômica ao longo dos tempos foi o que permitiu aos Jogos Olímpicos alcançarem uma transcendência global, determinados, sobretudo, pela venda dos direitos de transmissão (a partir dos Jogos de Roma, em 1960, todas as

competições passaram a ser televisionadas) e dos patrocinadores oficiais.

3. MARKETING VERSUS CARTA OLÍMPICA

A pressão econômica sob os Jogos Olímpicos compete, muitas vezes, com as definições explicitadas na Carta Olímpica, documento oficial que rege a competição. No artigo 50, a Carta diz respeito às questões financeiras que envolvem os Jogos Olímpicos, mostrando-se contrária à realização do evento como forma de publicizar marcas.

Exceto quando autorizado, excepcionalmente, pela Junta Executiva do COI, nenhuma forma de propaganda ou outra publicidade deve ser permitida dentro e fora dos estádios e outras áreas de competição que são consideradas como parte dos locais olímpicos. As instalações comerciais e as marcas publicitárias não devem ser permitidas nos estádios, locais ou outros espaços desportivos. (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016, p. 91, tradução nossa)

Mais à frente, no mesmo artigo, volta-se a enfatizar:

Nenhuma forma de publicidade ou propaganda, comercial ou de outra manifestação pode aparecer em pessoas, roupas esportivas, acessórios ou, de forma mais geral, em qualquer artigo de roupa ou equipamento usado por todos os concorrentes, funcionários da equipe, pessoal da equipe e todos os outros participantes. (...) Qualquer violação deste Estatuto Social e as orientações adotadas a seguir podem resultar na desqualificação da pessoa ou delegação em questão, ou retirada da credencial da pessoa ou delegação em questão, sem prejuízo de novas medidas. (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016, p. 91, tradução nossa)

Entretanto, não raras vezes, o Comitê Olímpico Internacional promove mudanças na própria Carta, adequando-a aos interesses dos anunciantes e a

formas de aumentar os lucros esportivos, algo que ocorreu, por exemplo, nos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, com a suavização de algumas restrições aos patrocinadores.

A principal mudança ocorreu nos artigos 40 e 50. Por iniciativa dos patrocinadores das delegações e dos próprios atletas, individualmente, o Comitê permitiu a veiculação de publicidades, fora do ambiente olímpico, que utilize a imagem dos atletas. Anteriormente, era proibida qualquer exposição das estrelas olímpicas em propagandas, durante o período dos Jogos. Além disso, permitiu-se que as marcas de roupas e equipamentos dos fornecedores aumentassem o tamanho das logomarcas, principalmente nos uniformes e agasalhos (MESQUITA, 2017).

Mesmo contrariando os interesses de alguns dos principais patrocinadores dos Jogos (a Nike, por exemplo, foi a fornecedora oficial dos uniformes brasileiros no Rio), o COI decidiu pela alteração, permitindo a exposição de marcas como Adidas e Puma entre os atletas patrocinados por estas marcas. Ainda assim, todas as campanhas relacionadas aos Jogos Olímpicos continuaram exclusivamente voltadas aos patrocinadores oficiais.

Essa situação suscita posicionamentos conflitantes dos pesquisadores da área. De um lado, alguns desses estudiosos apontam para a inevitabilidade das mudanças ao longo das décadas, num processo de adequação, mas sem perder a essência dos Jogos. A pesquisadora Dikaia Chatziefstathiou (2005), por exemplo, estuda em sua tese de doutorado a natureza mutante da ideologia olímpica. Apesar das alterações, ela destaca que valores ligados aos Jogos Olímpicos não podem ser inalterados, mas, sim, construídos e reconstruídos socialmente, num processo que busca essencialmente o consenso.

Tendo destacado os significados e valores culturalmente diversificados associados ao esporte olímpico no mundo contemporâneo, concordamos com a conclusão de que um dos principais desafios enfrentados por aqueles que valorizam o olimpismo em um ambiente multicultural e multipolar é a construção do consenso em torno de seus valores. Esta construção só pode ser alcançada pela consideração aos

discursos das várias partes envolvidas e deve ser visto como um processo e não como um resultado. Assim como o último século do olimpismo tem ilustrado, um dos poucos elementos 'constantes' em que se pode confiar é a mudança. O olimpismo, nessas circunstâncias, pode ser definido como um ideal, não como um conjunto de valores imutáveis, mas como um processo para a construção de consenso em termos de valores do esporte global. (CHATZIEFSTATHIOU, 2005, p. 383)

Por outro lado, um conjunto representativo de autores adota uma visão mais crítica ao avanço econômico nos Jogos Olímpicos, defendendo que a espetacularização, o profissionalismo exacerbado e as conquistas econômicas que o sucesso olímpico traz aos atletas e Confederações enfraquecem os valores humanísticos do esporte. Girginov e Parry (2005) destacam que um dos pilares do olimpismo – o amadorismo – foi completamente esquecido ao longo dos anos. Outros pontos abordados pelos autores como princípios relativizados pelas competições contemporâneas são o caráter educativo do esporte, a amizade internacional com uma competição desse porte, além dos princípios do fair play e do bom espírito esportivo.

A esse respeito, aliás, Preuss et al (2006) ressaltam, por exemplo, os crescentes casos de doping como consolidação de uma esportividade não mais ligada aos valores do olimpismo grego. Os autores são enfáticos ao defenderem que não se pode mais considerar os Jogos Olímpicos a partir dos ideais de Coubertin.

No início do milênio, Milton-Smith reconheceu uma crítica aos Jogos Olímpicos que refletia o fracasso das principais instituições globais em lidar com as consequências sociais e éticas da globalização, muitas vezes incluindo questões ambientais e o terrorismo. Isso levou a uma desilusão generalizada com os Jogos Olímpicos. Atualmente, os Jogos parecem espelhar o desencanto com os valores 'modernos' da globalização, incluindo vencer a qualquer preço (uso do doping), comercialização, intensa rivalidade entre países, nepotismo (na preparação

dos Jogos), trapaça (arranjo de resultados), corrupção e vantagem competitiva das nações altamente desenvolvidas e recém-industrializadas sobre as demais (PREUSS et al, 2016, p. 43).

Outros autores que se destacaram por duras críticas à comercialização dos esportes olímpicos, citando explicitamente casos de corrupção, foram os ingleses Ivy Simons e Andrew Jennings (1992). Com a obra "The lords of rings", editada em vários outros idiomas, eles mostram como se dava o relacionamento entre o COI e a FIFA (órgão máximo que controla o futebol) com a principal empresa global de material esportivo.

Independentemente da posição assumida, contrária à adequação comercial ou passível de mudanças para se colocar a competição na lógica de mercado, é fato que os Jogos Olímpicos mudaram drasticamente ao longo dos anos, especialmente após a década de 1960. A Carta Olímpica nunca sofreu tantas alterações como nas últimas competições e provavelmente ainda sofrerá nas competições futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que lançar um olhar idealizado sob os Jogos Olímpicos modernos desconsidera as inúmeras forças que concorrem para a realização da competição: tradição, esporte, competição, marketing, turismo, política, economia etc.

É igualmente evidente que as competições atuais carregam pouco dos ideais preconizados por Pierre de Coubertin, que aclamava a vital influência dos princípios gregos. O último deles talvez tenha sido definitivamente derrubado nas últimas décadas, quando permitiu-se a comercialização de espaços irrestritos aos chamados anunciantes "masters" da competição.

Reconhecer essa reconfiguração da competição é fundamental para colocá-la na mesma gama de todos os outros eventos esportivos mundo afora, que passam a ganhar um caráter muito mais mercadológico do que propriamente de valorização esportivo-educacional.

Não se quer com isso diminuir a importância das competições olímpicas. Muito menos demonizar as relações comerciais que crescem a passos largos nos megaeventos. O que se procura

nessa contextualização histórica é mostrar que as idealizações francesas dos jogos modernos foram gradativamente perdendo espaço para as forças de mercado, que encontraram e encontram nos esportes um terreno fértil para o lucro.

REFERÊNCIAS:

GIRGINOV, Vassil; PARRY, Jim. **The Olympic Games explained**. Oxon: Routledge, 2005.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Olympic Charter**. Agosto de 2016. Disponível em <https://www.olympic.org/olympic-studies-centre/collections/official-publications/olympic-charters>. Acessado em 16 de maio de 2017.

KRÜGER, Arnd. The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch. In.: RIORDAN, J.; KRÜGER, A. (Eds.). **The international politics of sport in the 20th century**. London: E. & F.N. Spon, 1999.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **Os Jogos Olímpicos e a lógica do consumo: uma análise do portal Olympic.org**. Trabalho apresentado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

PEÑA, Emiliano Fernández. A holistic vision of the modern Olympic Movement: the Olympic Idea and Olympic Agenda 2020. In: Chatziefstathiou, D.; Ramon, X.; Miragaya, A. **Olympic idea nowadays: perceptions and insights**. Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport de la UAB, 2015.

PREUSS, Holger; SCHUTTE, Norbert; KONECKE, Thomas; DACOSTA, Lamartine. **Valores associados aos Jogos Olímpicos**. Revista Ciência e Cultura, vol. 68, n. 2, abril/jun de 2016, p. 43-49. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000200014, acessado em 29 de abril de 2019.

RUBIO, Katia. **Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, vol. 24, n. 1, p. 55-68, jan/mar de 2010.

TAVARES, Otavio. **Esporte, movimento olímpico e democracia: o atleta como mediador**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.